



JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a adotar medidas voltadas à proteção da saúde dos servidores públicos municipais que desempenham atividades ao ar livre, expostos de forma habitual à radiação ultravioleta (UV), por meio do fornecimento de protetor solar, como ação preventiva de saúde.

É amplamente reconhecido pela comunidade científica que a exposição prolongada e desprotegida aos raios solares constitui fator de risco significativo para o desenvolvimento de doenças dermatológicas, incluindo o câncer de pele, além de queimaduras solares, envelhecimento precoce da pele e outras lesões cutâneas. O Brasil, por sua localização geográfica, apresenta altos índices de radiação solar ao longo de todo o ano, o que impõe especial atenção às políticas públicas de proteção à saúde do trabalhador.

A proposta encontra respaldo no dever constitucional do Poder Público de promover a saúde e reduzir os riscos inerentes ao trabalho, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, bem como nas normas de saúde e segurança do trabalho, que preconizam a adoção de medidas preventivas sempre que houver exposição a agentes nocivos. O fornecimento de protetor solar configura-se como medida simples, de baixo custo e alto impacto preventivo.

No âmbito do Município de Juiz de Fora, diversas categorias de servidores realizam atividades ao ar livre, como trabalhadores da limpeza urbana, da manutenção de vias e equipamentos públicos, agentes de fiscalização, defesa civil, agentes de endemias e comunitários de saúde, dentre outros, estando sujeitos à exposição contínua à radiação solar. A adoção de medidas preventivas simples e eficazes, como o uso regular de protetor solar, contribui significativamente para a promoção da saúde do trabalhador e para a redução de agravos evitáveis.

Destaca-se, ainda, que a autorização para extensão das medidas às concessionárias de serviços públicos e às empresas contratadas pelo Município reforça o compromisso com a dignidade do trabalho e com a isonomia na proteção à saúde, sem afastar a observância da legislação vigente e das regras contratuais aplicáveis.

Dessa forma, a presente iniciativa contribui para a promoção da saúde ocupacional, a redução de afastamentos por doenças relacionadas à exposição solar, a valorização dos servidores públicos e a racionalização dos gastos públicos com tratamentos médicos futuros, revelando-se medida de interesse público, socialmente responsável e juridicamente adequada.

Diante do exposto, a proposição apresenta mérito social e jurídico, razão pela qual se submete à apreciação dos Nobres Pares, esperando-se sua aprovação.

Palácio Barbosa Lima, 6 de janeiro de 2026.

Letícia Fonseca Paiva Delgado
Vereador Letícia Delgado - PT

